

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

A transição para as normas internacionais (IFRS) afetou a posição patrimonial e financeira da Companhia conforme nota explicativa nº 29.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2011.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 14 – classificação de propriedade para investimento

As informações relativas a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 - provisões e contingências
- Nota 08 - constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes
- Nota 11 - constituição de provisão para perda dos créditos precatórios
- Nota 09 - mensuração dos estoques

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Domínio Imobiliária Empreend. e Participações Ltda.	99,97%	99,97%	99,97%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo

(e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BRGAAP.

A Companhia optou por valorizar alguns dos seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico deduzido não representa a melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável quando requerido e por não apresentar os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b)

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Abaixo segue comparativo da taxa de depreciação anual de 31 de dezembro de 2010 com 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa de depreciação % em 31/12/2010	Taxa de depreciação % em 31/12/2009 e 01/01/2009
Edificações	5,5	5,5
Máquinas e equipamentos	9	9
Instalações	9	9
Móveis e utensílios	10 e 20	10 e 20
Veículos	20	20
Intangível	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(f) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

(g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(h) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiros

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(i) Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(k) Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(m) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(o) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

(p) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, dentre essas:

- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

(r) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(s) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Propriedade para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada,

Companhia Industrial Cataguases

(*Companhia aberta*)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*)

avalia a carteira de propriedade para investimento a cada seis meses. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados do arrendamento da propriedade. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes nos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Companhia e o locatário; e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e contra-avisos quando cabíveis, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

4. Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Conselho Fiscal supervisiona como a administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e sua controlada, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia possui política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecida pela Companhia somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são riscos significativos individuais.

A Companhia mantém seguro de crédito exportação para tecidos de algodão com o percentual máximo para a cobertura do limite de crédito aprovado de 90% (noventa por cento) para os riscos comerciais e políticos. A apólice atual tem o prazo de vigência anual e sua aplicabilidade refere-se às vendas com prazo de pagamento que não exceda a 180 dias da data da venda. A moeda da apólice é o dólar norte-americano (US\$).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 45 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco do aumento do algodão

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado local e o mercado internacional, buscando antecipar-se ao movimento de preço. Adicionalmente a Companhia mantém estoque estratégico, visando equalizar custo e evitar a falta da matéria-prima e conseqüente prejuízo no processo industrial.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas na quais estas transações são denominadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua controlada.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação além de buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas.

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

Administração de capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total do passivo	124.839	111.892	123.754
Menos: caixa e equivalentes de caixa	14.150	18.779	22.071
Dívida líquida (A)	110.689	93.113	101.683
 Total do patrimônio líquido (B)	 138.259	 130.065	 122.639
 Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro (A/B)	 80,06%	 71,59%	 82,91%

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Segmentos operacionais

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e sua controlada que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Um segmento é um componente da Companhia, destinado à fabricação de produtos e serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações diferentes daqueles outros segmentos. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam se alocados em bases razoáveis. Os segmentos utilizados para tomada de decisão e para gerenciamento interno da Companhia e sua controlada são mercado interno e mercado externo.

Os resultados, ativos e passivos por segmento, consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

	Consolidado					
	31/12/2010			31/12/2009		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Receita Operacional líquida	145.069	46.541	191.610	126.735	44.432	171.167
Custo dos produtos vendidos	(106.610)	(41.853)	(148.463)	(94.242)	(36.997)	(131.239)
Lucro bruto	38.459	4.688	43.147	32.493	7.435	39.928
Receitas (despesas) operacionais	(22.006)	(10.417)	(32.423)	(22.391)	(10.599)	(32.990)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	16.453	(5.729)	10.724	10.103	(3.165)	6.938
Resultado financeiro líquido	7.493	1.019	8.512	10.536	2.350	12.886
Despesas financeiras	(9.908)	(5.463)	(15.371)	(8.808)	(4.856)	(13.664)
Receitas financeiras	17.401	6.482	23.883	19.344	7.206	26.550
Resultado operacional antes do IRPJ e CSSL	23.946	(4.710)	19.236	20.639	(815)	19.824
Imposto de renda e contribuição social	(4.459)	(120)	(4.579)	(3.795)	(102)	(3.897)
Resultado do exercício	19.487	(4.830)	14.657	16.844	(917)	15.927

	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
ATIVO									
Circulante	105.554	35.185	140.739	96.074	32.025	128.099	95.750	31.917	127.666
Realizável a longo prazo	8.991	2.997	11.988	8.669	2.890	11.559	12.845	4.282	17.126
Imobilizado	79.775	26.592	106.367	75.833	25.278	101.111	75.053	25.018	100.071
Intangível	3.081	1.027	4.108	1.577	526	2.103	1.583	528	2.111
	197.402	65.801	263.202	182.154	60.718	242.872	185.231	61.744	246.974
PASSIVO									
Circulante	61.362	20.454	81.816	47.759	15.920	63.679	41.086	13.695	54.781
Não circulante	25.931	17.193	43.124	36.844	12.281	49.125	52.163	17.388	69.551
Patrimônio líquido	88.989	49.270	138.259	97.549	32.516	130.065	91.979	30.660	122.639
Participação dos não controladores	2	1	3	2	1	3	2	1	3
	176.284	86.918	263.202	182.154	60.718	242.872	185.230	61.744	246.974

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	4.133	1.878	1.864	4.117	1.537	1.433
Aplicações financeiras	10.053	17.243	22.848	10.033	17.242	20.638
	14.186	19.121	24.712	14.150	18.779	22.071

As aplicações financeiras possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Referem, substancialmente, a operações compromissadas, lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxas que variam em média 102% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

7. Outros investimentos

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	Ajustado 01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Aplicações financeiras	17.641	9.720	9.239	17.641	9.720	9.239
Circulante	16.870	9.720	7.091	16.870	9.720	7.091
Não circulante	771	-	2.148	771	-	2.148

Os ativos financeiros, designados pelo valor justo por meio do resultado, são títulos patrimoniais que de outra maneira seriam classificados como disponíveis para venda.

Referem, substancialmente, a operações compromissadas, lastreadas em debêntures, Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) e Fundos de Renda Fixa remunerados à taxas que variam em média 102% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Mercado interno	38.753	40.238	33.499	38.746	40.232	33.438
Mercado externo	9.937	10.482	20.495	9.937	10.482	20.495
	48.690	50.720	53.994	48.683	50.714	53.933
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.798)	(1.675)	(6.931)	(1.798)	(1.675)	(6.931)
Ajuste a valor presente	(1.179)	(1.513)	(1.181)	(1.179)	(1.513)	(1.181)
	45.713	47.532	45.882	45.706	47.526	45.821

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em valor considerado suficiente para fazer face à eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia possui seguro de créditos para as vendas realizadas para o mercado externo, com garantia de recebimento de 85% do valor negociado.

Movimentação da Provisão para devedores duvidosos

	Controladora e Consolidado						
	Saldo			Saldo			Saldo
	01/01/2009	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Provisão para Devedores Duvidosos	6.931	796	(6.052)	1.675	1.203	(1.080)	1.798
	6.931	796	(6.052)	1.675	1.203	(1.080)	1.798

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos a mais de 90 dias. Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidos e vincendos.

Em 31/12/2010 as perdas efetivas montam R\$619 (R\$5.440 em 31/12/2009).

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Produtos acabados	17.507	14.284	9.407	16.817	14.284	9.407
Produtos em processamento	17.011	12.548	14.824	17.011	12.548	14.824
Matérias primas	12.108	10.957	11.350	12.108	10.957	11.350
Importações em andamento	227	233	279	227	233	279
Almoxarifado	8.672	5.372	5.828	8.672	5.372	5.828
	55.525	43.394	41.688	54.835	43.394	41.688
Provisão para perdas de estoque	(764)	(489)	(672)	(764)	(489)	(672)
	54.761	42.905	41.016	54.071	42.905	41.016

Determinados itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade foram objetos de constituição de provisão.

Movimentação da provisão para perda de estoque

	Controladora e Consolidado						
	Saldo 01/01/2009	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2010
Provisão para perda							
Estoque	672	4.637	(4.820)	489	3.720	(3.445)	764
	672	4.637	(4.820)	489	3.720	(3.445)	764

Em 2010 o montante reconhecido como despesa no resultado foi de R\$ 138, (R\$ 182 em 2009 como receita)

10. Ativos fiscais correntes

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda	2.085	3.788	3.376	1.952	3.187	3.187
Contribuição Social	760	1.317	1.622	721	1.072	1.517
ICMS	6.399	6.687	6.770	6.399	6.687	6.770
INSS	1.013	996	-	1.013	996	-
Outros impostos	1.425	143	266	1.425	143	266
	11.682	12.931	12.034	11.510	12.085	11.740
<i>Circulante</i>	<i>5.579</i>	<i>6.619</i>	<i>6.433</i>	<i>5.407</i>	<i>5.773</i>	<i>6.139</i>
<i>Não circulante</i>	<i>6.103</i>	<i>6.312</i>	<i>5.601</i>	<i>6.103</i>	<i>6.312</i>	<i>5.601</i>

ICMS a recuperar

Composição saldo ICMS a recuperar:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
ICMS – TUSD (a)	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916
ICMS – Imobilizado (b)	1.249	902	811	1.249	902	811
ICMS – Outros (c)	1.234	1.869	2.043	1.234	1.869	2.043
	6.399	6.687	6.770	6.399	6.687	6.770

a) Crédito de ICMS decorrente de documento fiscal emitido para Cobrança de Tarifa de Uso da Rede do Sistema nacional de Energia Elétrica (TUSD).

b) Crédito ICMS decorrente aquisição de ativo imobilizado a ser recuperado, conforme legislação, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por operação de compra.

c) Crédito de ICMS decorrente, basicamente, de operações comerciais de exportação e do incentivo fiscal obtido através do programa PROALMINAS – Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão.

A Companhia negociou saldos credores de ICMS no exercício no valor de R\$ 3.191 (R\$ 1.942 em 2009). O deságio apurado nas operações em 31/12/2010 foi de R\$ 277 (R\$ 190 em 31/12/2009).

11. Créditos precatórios

Referem-se a títulos adquiridos junto a terceiros, pela Companhia, com previsão de resgate em parcelas fixas e determinadas pelo Tesouro Nacional, até o exercício de 2013. Tais títulos estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Valor nominal	7.118	7.288	7.955	7.118	7.288	7.955
Deságio a apropriar	(893)	(298)	(667)	(893)	(298)	(667)
Provisão para perda	(3.000)	(3.000)	(1.200)	(3.000)	(3.000)	(1.200)
	3.225	3.990	6.088	3.225	3.990	6.088
<i>Circulantes</i>	1.049	955	852	1.049	955	852
<i>Não circulantes</i>	2.176	3.035	5.236	2.176	3.035	5.236

O saldo de créditos precatórios foram adquiridos de duas companhias, Terpeg Serviços Marítimos e Portuários Ltda. (“Terpeg”) e Uniport Serviços Portuários Ltda. (“Uniport”).

O saldo referente a Terpeg está avaliado pelo seu custo de aquisição (“valor nominal de face”), deduzido da provisão para perdas de 100% dos créditos, totalizando R\$ 3.000

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo referente à Uniport está avaliado pelo seu custo de aquisição atualizado monetariamente pela Selic, deduzido do deságio. O deságio é apropriado no resultado com base no prazo incorrido até o vencimento das parcelas.

Movimentação da provisão para perda precatório

	Controladora e Consolidado						
	Saldo 01/01/2009	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2010
Provisão para perda Pecatório	1.200	1.800	-	3.000	-	-	3.000
	1.200	1.800	-	3.000	-	-	3.000

12. Outros ativos

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	Ajustado 01/01/2009	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	01/01/2009
Adiantamento a despachantes aduaneiros	408	300	219	408	300	219
Dividendos a receber de controladas	-	-	-	-	200	982
Despesas antecipadas	1.448	615	1.650	1.285	562	1.587
Outros	725	332	351	725	332	351
	2.581	1.247	2.220	2.418	1.394	3.139
<i>Circulante</i>	<i>2.581</i>	<i>1.247</i>	<i>1.680</i>	<i>2.418</i>	<i>1.394</i>	<i>2.599</i>
<i>Não circulante</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>540</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>540</i>

13. Investimentos - Controladora

	31/12/2010	Ajustado 31/12/2009	Ajustado 01/01/2009
Avaliados ao custo	58	48	694
Avaliados pela equivalência patrimonial	8.351	8.212	10.810
	8.409	8.260	11.504

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Quotas possuídas – Domínio Imobiliária	7.546.828	7.544.689	10.456.862
Patrimônio líquido	8.353	8.965	11.795
Lucro líquido do exercício	138	642	334
% de participação	99,97	99,97	99,97

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação dos investimentos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo inicial	8.260	11.504	15.098
Resultado de equivalência patrimonial	138	642	334
Dividendos	-	(750)	(982)
Reversão da reserva de reavaliação reflexa	-	(18)	(3.247)
Redução de capital de sociedade controlada	-	(2.499)	-
Integralização de capital com bens	-	28	-
Reversão provisão para perda em investimentos	-	-	301
Alienação de investimentos	-	(604)	-
Baixa provisão para perda investimentos	-	200	-
Integralização de capital por distribuição de Sobras	11	4	-
Baixa para perda de investimentos	-	(247)	-
Saldo final:	8.409	8.260	11.504

14. Propriedade para investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-	-
Aquisições	600	-	600	-
Saldo em 31 de dezembro	600	-	600	-

O imóvel adquirido acima teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do artigo 27, parágrafo 6º da Lei 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrado via escritura pública.

O referido imóvel foi arrendado em 2010 e a receita apurada no exercício foi de R\$3 reconhecida no resultado no grupo de outras receitas operacionais.

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e considera que os valores apresentados, ou seja, valor contábil está próximo do valor justo e não há necessidade de atribuir novo valor de custo.

15. Imobilizado e intangível

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrada nos quadros abaixo:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						
	Taxa de depreciação(%)	01/01/2009	Adições	Depreciação/ amortização	Baixas	Transf.	31/12/2009
Terrenos	-	6.568	28	-	28	-	6.568
Edificações	5,5	26.947		(1.620)	(8)	1.222	26.557
Máquinas e equipamentos	9	40.410	85	(3.736)	2	8.038	44.795
Instalações	9	4.994	44	236	-	3.303	8.577
Móveis e utensslios	10 e 20	1.816	468	(446)	242	200	1.796
Veiculos	20	638	341	(218)	33	-	728
Imobilizado em formação	-	8.893	8.060	-		(12.788)	4.165
		90.266	9.026	(5.784)	297	(25)	93.186
Intangível	20	2.111	329	(363)	-	25	2.103
		92.377	9.355	(6.147)	297	-	95.289

	Controladora						
	Taxa de depreciação(%)	31/12/2009	Adições	Depreciação/ amortização	Baixas	Transf.	31/12/2010
Terrenos	-	6.568					6.568
Edificações	5,5	26.557		(1.619)	51	317	25.204
Máquinas e equipamentos	9	44.795	178	(2.755)	67	4.111	46.262
Instalações	9	8.577		(561)	-	1.222	9.238
Móveis e utensslios	10 e 20	1.796	445	(400)	-	358	2.199
Veiculos	20	728	1.147	(272)	130	339	1.812
Imobilizado em formação	-	4.165	9.965	-	-	(6.379)	7.751
		93.186	11.735	(5.607)	248	(32)	99.034
Intangível	20	2.103	2.473	(500)	-	32	4.108
		95.289	14.208	(6.107)	248	-	103.142

Controladora								
31/12/2010				31/12/2009				
Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Taxa de depreciação (%)	CUSTO	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	6.568	6.568	-	6.568		6.568	6.568
Edificações	5,5	31.385	6.181	5,5	31.132	4.575	26.557	26.947
Máquinas e equipamentos	9	152.480	106.218	9	148.479	103.684	44.795	40.410
Instalações	9	14.454	5.216	9	13.231	4.654	8.577	4.994
Móveis e utensílios	10 e 20	6.744	4.545	10 e 20	5.944	4.148	1.796	1.816
Veículos	20	3.127	1.315	20	1.803	1.075	728	638
Imobilizado em formação	-	7.751	-	-	4.165	-	4.165	8.893
		222.509	123.475		211.322	118.136	93.186	90.266
Intangível	20	8.622	4.514	20	6.118	4.014	2.103	2.111
		231.131	127.989		217.440	122.150	95.289	92.377

	Consolidado						
	Taxa de depreciação (%)	01/01/2009	Adições	Depreciação/ amortização	Baixas	Transf.	31/12/2009
Terrenos	-	13.480	56	-	28	-	13.508
Edificações	5,5	29.131		(1.569)	1.348	1.222	27.436
Máquinas e equipamentos	9	40.410	85	(3.737)	2	8.038	44.794
Instalações	9	4.994	44	237	-	3.303	8.578
Móveis e utensslios	10 e 20	1.820	499	(446)	223	200	1.850
Veiculos	20	649	341	(218)	40	-	732
Imobilizado em formação	-	8.893	8.060	-		(12.788)	4.165
		99.377	9.085	(5.733)	1.641	(25)	101.063
Intangível	20	2.111	329	(363)	-	25	2.103
		101.488	9.414	(6.096)	1.641	-	103.166

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Taxa de depreciação (%)	31/12/2009	Adições	Depreciação/amortização	Baixas	Transf.
Terrenos	-	13.508	266	(a)		
Edificações	5,5	27.436		(1.624)	925	317
Máquinas e equipamentos	9	44.794	178	(2.755)	67	4.111
Instalações	9	8.578		(561)	-	1.222
Móveis e utensílios	10 e 20	1.850	445	(411)	-	358
Veículos	20	732	1.177	(280)	130	339
Imobilizado em formação	-	4.165	9.965	-	-	(6.379)
		101.063	12.031	(5.631)	1.122	(32)
Intangível	20	2.103	2.473	(500)	-	32
		103.166	14.504	(6.131)	1.122	-

(a) Reversão provisão valor recuperável

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009
	Taxa de depreciação (%)	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Taxa de depreciação (%)	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	13.774	13.774	-	13.508	13.508	13.480
Edificações	5,5	31.385	25.204	5,5	32.184	27.436	29.131
Máquinas e equipamentos	9	152.480	46.261	9	148.479	44.794	40.410
Instalações	9	14.455	9.239	9	13.232	8.578	4.994
Móveis e utensílios	10 e 20	6.808	2.242	10 e 20	6.007	1.850	1.820
Veículos	20	3.157	1.838	20	1.823	732	649
Imobilizado em formação	-	7.751	7.751	-	4.165	4.165	8.893
		229.810	106.309		219.398	101.063	99.377
Intangível	20	8.622	4.108	20	6.118	2.103	2.111
		238.432	110.417		225.516	103.166	101.488

A Companhia não capitalizou os juros sobre empréstimos tomados durante a fase de constituição dos ativos imobilizados em andamento, por se tratar de valores imateriais.

Em 1º de janeiro de 2009 a Companhia e sua controlada revisou a vida útil remanescente e avaliou a valor justo parte substancial do seu ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na data de 28 de março de 2011.

Arrendamento financeiro:

Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no Ativo Imobilizado da Companhia.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos fiscais diferidos						
Provisão para contingências	911	879	2.157	911	879	2.157
Provisão para perdas ativos	778	589	658	666	589	455
Outras	649	744	450	649	541	450
Efeitos Lei 11.638/07		-	336	-	-	336
	2.338	2.212	3.601	2.226	2.009	3.398
Passivos fiscais diferidos						
Reserva de reavaliação	9.711	10.060	10.774	9.628	9.960	10.547
Efeito Lei 11.638/07	8.993	8.439	9.092	8.993	8.439	9.092
	18.704	18.499	19.866	18.621	18.399	19.639

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos futuros.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Controladora
	Saldo em 01/01/2009	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2010
Ativos Fiscais Diferidos							
Provisão para contingências	2.157	(1.278)	-	879	32	-	911
Provisão para perdas ativos	455	134	-	589	77	-	666
Outras	450	91	-	541	108	-	649
Efeitos Lei 11.638/07	336	(336)	-	-	-	-	-
	3.398	(1.389)	-	2.009	217	-	2.226
Passivos Fiscais Diferidos							
Reserva de Reavaliação	10.547	-	(587)	9.960	-	(332)	9.628
Efeitos Lei 11.638/07	9.092	-	(653)	8.439	436	118	8.993
	19.639	-	(1.240)	18.399	436	(214)	18.621
							Consolidado
	Saldo em 01/01/2009	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2009	Reconhecido no Resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2010
Ativos Fiscais Diferidos							
Provisão para contingências	2.157	(1.278)	-	879	32	-	911
Provisão para perdas ativos	658	134	-	792	(14)	-	778
Outras	450	91	-	541	108	-	649
Efeitos Lei 11.638/07	336	(336)	-	-	-	-	-
	3.601	(1.389)	-	2.212	126	-	2.338
Passivos Fiscais Diferidos							
Reserva de Reavaliação	10.774	-	(714)	10.060	-	(349)	9.711
Efeitos Lei 11.638/07	9.092	-	(653)	8.439	436	118	8.993
	19.866	-	(1.367)	18.499	436	(231)	18.704

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.236	19.824	19.272	19.496
Imposto de renda e contribuição social apurados com base nas alíquotas nominais – 34%	(6.540)	(6.740)	(6.552)	(6.629)
Adições e exclusões permanentes	-	-	47	201
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.851	1.746	1.851	1.746
Incentivo Cultural	21	18	21	18
Reversão de multa e juros Refis Lei 11.941/09	-	1.434	-	1.434
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(185)	212	(185)	212
Outros	274	(567)	203	(551)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.579)	(3.897)	(4.615)	(3.569)
Alíquota efetiva (%)	23,81%	19,66%	23,95%	18,30%

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 – Empréstimos e financiamentos:

				Controladora e consolidado			
				31/12/2010		31/12/2009	
	Moeda	Tx juro ao ano	Venc .	Valor face	Valor contábil	Valor face	Valor contábil
Empréstimo bancário garantido:							
FINIMP/BNDES	R\$	1%	2015	10.141	5.315	10.141	6.385
Pré pagamento		0,5% a					
	R\$	2,08%	2015	32.063	19.703	21.473	15.562
Nota de crédito a Exportação	R\$	6,95%	2010	-	-	3.000	2.827
Leasing	R\$	-	2012	1.008	77	1.008	208
Vendor		16,35% a					
	R\$	15,66%	2011	5.115	5.115	6.988	6.988
EGF	R\$	6,75%	2011	9.177	10.028	8.880	9.704
Exim/BNDES/Outros:		4,8% a					
	R\$	7%	2020	40.338	36.077	24.091	22.603
Empréstimo bancário não garantido:							
Exim/BNDES/Outros:		4,8% a					
	R\$	7%	2016	1.470	1.704	1.224	1.371
TOTAL GERAL:				99.312	78.019	76.805	65.648
Circulante:				9.177	57.629	8.880	39.473
Não Circulante:				90.135	20.390	67.925	26.175

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009
2011	-	16.883
2012	9.288	5.155
2013	3.247	1.273
2014	3.247	1.273
2015	3.247	1.273
2016	1.311	318
2017	13	-
2018	13	-
2019	13	-
2020	11	-
	20.390	26.175

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos:

	31/12/2010	31/12/2009
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	30.048	23.114
Aplicações financeiras	771	-
Aval de membros da diretoria	25.037	17.878
Estoques	10.028	9.704

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado	5.315	6.593
	<u>71.199</u>	<u>57.289</u>

18 – Partes relacionadas:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas as operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da administração, os quais foram realizadas em condições normais de mercado para os respectivos tipos de operações.

				Consolidado			Controladora		
		Moeda	Encargos financeiros	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo									
Circulante									
Partes relacionadas:									
Acionistas controladores	(a)	Real	-	114	39	-	114	39	-
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(c)	Real	-	378	329	884	378	329	884
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda	(g)	Real	-	-	-	-	-	200	-
GM2 Importações e Exportação Ltda	(b)	Real	-	9	-	-	9	-	-
Passivo:									
Circulante									
Partes relacionadas:									
Beca Representações Comerciais	(c)	Real	-	17	15	-	17	15	-
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(c)	Real	-	-	26	130	-	26	130
Energisa S/A	(d)	Real	-	798	543	124	798	543	124
Gama Cataguases Consultoria Empresarial Ltda	(e)	Real	-	-	15	13	-	-	-
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(c)	Real	-	14	14	14	14	14	14
Resultado operacional									
Partes relacionadas:									
Beca Representações Comerciais	(c)	Real	-	(205)	(101)	-	(205)	(101)	-
Catex Comércio de Tecido Ltda	(c)	Real	-	610	-	-	610	-	-
Catextil Comercio e Representações Texteis Ltda	(c)	Real	-	1.143	1.152	2.392	1.143	1.152	2.392
Catriz Agroindustrial Ltda	(c)	Real	-	-	-	(128)	-	-	(128)
Energisa S/A	(d)	Real	-	(7.141)	(4.976)	(3.103)	(7.141)	(4.976)	(3.103)
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(f)	Real	-	(51)	(36)	(19)	(51)	(36)	(19)
Gama Cataguases Consultoria Empresarial Ltda	(e)	Real	-	(260)	(185)	(147)	-	-	-
GPM Comercial e Industrial Ltda	(c)	Real	-	215	-	-	215	-	-
Medeiros Neto Consultoria Empresarial S/C	(f)	Real	-	-	-	(50)	-	-	(50)
Rittmeyer Empreendimentos Ltda	(f)	Real	-	(367)	-	-	(367)	-	-
Socipar Sociedade e Participações Ltda	(f)	Real	-	-	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Zoom Consultoria & Negócios Ltda	(c)	Real	-	(191)	(125)	(167)	(191)	(125)	(167)
Resultado financeiro									
Partes relacionadas:									
Energisa S/A	(d)	Real	-	-	-	(300)	-	-	(300)

(a) refere-se a valores a recuperar de acionistas (b) refere-se à operação de venda de Imposto sobre circulação de Mercadorias e serviços(ICMS) com deságio de 11%. (c) refere-se a operações de venda de mercadorias e contrato de representação comercial. (d) refere-se a contrato de utilização de linha de transmissão de energia elétrica e contrato de conexão de energia elétrica. (e) refere-se a contrato de administração da controlada Domínio Imobiliária

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimentos e Participações Ltda. (f) refere-se a contrato de consultoria nas áreas industrial, comercial e administrativa. (g) refere-se à dividendos a receber da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, Instrução CVM 480/09 e Instrução CVM 481/09, e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Foram fixados pela AGO/E realizada em 30 de abril de 2010, o montante global anual para o exercício de 2010 no valor de R\$ 4.500 (R\$ 3.000 para o exercício 2009).

Órgão	Nº de Membros	Honorários e Encargos	Remuneração Variável	Previdência Privada	Assit. Médica e seguro vida
Consolidado e controladora em 2009					
Conselho de Administração	5	486	-	-	-
Conselho Fiscal	3	123	-	-	-
Diretoria	4	1.538	-	438	56
	12	2.147	-	438	56
Consolidado e controladora em 2010					
Conselho de Administração	5	515	-	-	-
Conselho Fiscal	3	134	-	-	-
Diretoria	4	1.763	214	392	135
	12	2.412	214	392	135

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 – Obrigações tributárias:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda e Contribuição Social	-	802	2.856	-	19	2.524
ICMS	597	269	978	597	269	978
Outros impostos a recolher	61	136	279	61	136	279
Parcelamento MP 303/06:						
Imposto de renda		-	17	-	-	17
COFINS	712	769	1.034	712	769	1.034
PIS	147	159	214	147	159	214
INSS	-	-	5.533	-	-	5.533
	<u>1.517</u>	<u>2.135</u>	<u>10.911</u>	<u>1.517</u>	<u>1.352</u>	<u>10.579</u>
Circulante:	816	1.365	5.177	816	582	4.845
Não circulante:	701	770	5.734	701	770	5.734

Programa de parcelamento instituído pela MP 303/06

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento instituído pela medida provisória nº 303 de 29 de junho de 2006, declarando os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), vencidos entre 01 de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, de que trata o artigo 8º da MP, com parcelamento em 120 parcelas mensais e atualizados pela TJLP.

Em 17 de agosto de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do parcelamento Excepcional – PAEX e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses conforme Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGNF/RBF nº 06/2009 “REFIS IV”.

A migração do PAEX para “REFIS IV” representou uma redução de juros e multa da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 2.955, alongamento dos referidos débitos, redução da parcela mensal em 15%.

Como consequência da adesão da Companhia ao “REFIS IV” e pagamento a vista do parcelamento do INSS (PAEX) no montante de R\$3.828, o saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 859 (R\$ 928 em 31 de dezembro de 2009 – Refis IV).

A dívida declarada ainda não foi definitivamente homologada pela Secretaria da Receita Federal, estando, portanto, sujeita a alterações.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 – Provisões diversas:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisões com pessoal	3.245	2.943	3.407	3.245	2.943	3.407
Comissões a agentes mercado externo	1.129	831	725	1.129	831	725
Comissões a representantes mercado interno	779	760	598	779	760	598
	5.153	4.534	4.730	5.153	4.534	4.730

Movimentação das provisões diversas

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 01/01/2009	Adições	Baixas	Utilização	Saldo 31/12/2009
Provisões com pessoal	3.407	4.293	(2.007)	(2.750)	2.943
Comissões a agentes mercado externo	725	3.389	(753)	(2.305)	831
Comissões a representantes mercado interno	598	8.040	(7.878)	-	760
	4.730	15.722	(10.638)	(5.055)	4.534

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 31/12/2009	Adições	Baixas	Utilização	Saldo 31/12/2010
Provisões com pessoal	2.943	5.176	(2.556)	(2.318)	3.245
Comissões a agentes mercado externo	831	3.500	(627)	(2.351)	1.129
Comissões a representantes mercado interno	760	9.870	(9.851)	-	779
	4.534	18.546	(13.034)	(4.669)	5.153

21 – Provisões e contingências:

A Companhia e sua controlada são parte (pólo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2009	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2010
Trabalhista	210	30	(210)	-	30	-	(20)	-	10
Tributária	8.179	-	(3.748)	77	4.508	-	-	-	4.508
Cível	16.407	5.233	-	125	21.765	5.097	(16.806)	117	10.173
Outras	78	85	(50)	-	113	-	-	-	113
	24.874	5.348	(4.008)	202	26.416	5.097	(16.826)	117	14.804
Depósitos judiciais	(17.783)	(5.273)	321	-	(22.735)	(5.559)	16.819	-	(11.475)
	7.091	75	(3.687)	202	3.681	(462)	(7)	117	3.329

a. Tributárias:

- ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2009). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base.
- Encargo de Capacidade Emergencial (“ECE”) – Refere-se à discussão judicial sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (“EAEEEE”), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída monta a R\$2.197 (R\$ 2.080 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335.
- Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor aproximado de R\$3.000. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, os patronos dos autos consideram o êxito do mesmo como possível, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

b. Cível:

Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$20.139 (R\$17.125 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia possui depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$6.472, sendo que a parte contrária levantou parcialmente o depósito judicial no montante de R\$ 16.805 (R\$ 18.180 em 31 de dezembro de 2009).

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 – Patrimônio líquido:

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não tem direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos cumulativos mínimos de 12% ao ano ou dividendos sempre 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, das duas a maior.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva para investimento e capital de giro

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 31 de dezembro de 2010:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício	14.657
Apropriação à reserva legal	(733)
Realização da reserva de reavaliação	602
Lucro base para dividendos/juros sobre capital próprio	<u>14.526</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% do lucro líquido ajustado	<u>3.631</u>
Juros sobre o capital próprio	5.445
% sobre a base de cálculo	<u>37,48%</u>

Os juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, foram calculados de acordo com a Lei 9.249/95, sendo:

- a) O Montante de R\$5.445, com posição acionária ao final do dia 05 de janeiro de 2011, com retenção de imposto de renda na fonte, calculado com base na alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$ 4.629, conforme tabela abaixo:

Valor por ação (R\$)	Acionistas imunes ou isentos (valor bruto)	IRRF (15%)	Acionistas tributados (valor líquido)
Ações ordinárias	37,4471	5,6200	31,8271
Ações Preferenciais	41,1918	6,1788	35,0130

- b) A Companhia declarou juros sobre capital próprio imputado aos dividendos no montante de R\$ 5.445 em 2010 (R\$5.136 em 2009). A administração proporá à Assembléia Geral que o montante de R\$9.028 seja retido a reserva para investimentos para atender o orçamento de capital 2011.

Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesas operacionais. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, os juros são reclassificados para a conta de lucros acumulados, para que ambos sejam demonstrados como distribuição de resultados, em atendimento à Deliberação CVM 207/96. A despesa efetiva com imposto de renda e contribuição social foi reduzida em R\$1.851, em decorrência da utilização da prática de se pagar tais juros, imputados aos dividendos.

23 – Receita Operacional:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguem abaixo abertura de nossa receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Vendas de produtos	191.610	171.167	191.594	171.136
	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta fiscal	237.426	208.326	237.408	208.295
Menos:				
Impostos sobre vendas	(37.072)	(32.209)	(37.070)	(32.209)
Subvenções governamentais-ICMS	8.595	7.358	8.595	7.358
Devoluções e abatimentos	(7.693)	(6.645)	(7.693)	(6.645)
Ajuste a valor presente clientes	(9.695)	(8.411)	(9.695)	(8.411)
Ajustes por diferença de critérios de reconhecimento de receita	49	2.748	49	2.748
Total da receita contábil	191.610	171.167	191.594	171.136

24 – Resultado financeiro:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Juros com aplicações financeiras	1.999	2.171	1.988	2.106
Ganhos com variações cambiais	8.445	9.860	8.445	9.860
Reversão do ajuste a valor presente clientes	10.028	8.637	10.028	8.637
Outras receitas financeiras	3.411	5.882	3.394	5.880
	23.883	26.550	23.855	26.483
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.229)	(3.887)	(4.229)	(3.887)
Perdas com variações cambiais	(7.484)	(7.505)	(7.484)	(7.505)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.453)	-	(1.453)	-
Outras despesas financeiras	(3.738)	(3.473)	(3.738)	(3.471)
	(16.904)	(14.865)	(16.904)	(14.863)
Resultado financeiro líquido	6.979	11.685	6.951	11.620

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 – Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros classificados por categoria								
Controladora								
31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
Ativo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalente caixa	-	14.150	14.150	-	18.779	18.779	-	22.071
Outros investimentos	16.870	-	16.870	9.720	-	9.720	7.091	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	45.706	45.706	-	47.526	47.526	-	45.821
	16.870	59.856	76.726	9.720	66.305	76.025	7.091	67.892
								74.983
Passivo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos	-	78.019	78.019	-	65.648	65.648	-	68.679
Fornecedores	-	8.427	8.427	-	7.172	7.172	-	5.977
	-	86.446	86.446	-	72.820	72.820	-	74.656

Instrumentos financeiros classificados por categoria								
Consolidado								
31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
Ativo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalente caixa	-	14.186	14.186	-	19.121	19.121	-	24.712
Outros investimentos	16.870	-	16.870	9.720	-	9.720	7.091	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	45.713	45.713	-	47.532	47.532	-	45.882
	16.870	59.899	76.769	9.720	66.653	76.373	7.091	70.594
								77.685
Passivo	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos	-	78.019	78.019	-	65.648	65.648	-	68.679
Fornecedores	-	8.427	8.427	-	7.190	7.190	-	5.994
	-	86.446	86.446	-	72.838	72.838	-	74.673

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Exposição a riscos cambiais: Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos, euros e franco suíço, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão abaixo discriminados e não temos diferenças entre os valores justos e os contábeis. Contas a receber – a Companhia possui saldo de contas a receber de cada um dos países em que atuam diferente da moeda funcional no montante de R\$9.937 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 1.514 euros e 3.940 dólares norte-americanos (R\$10.482 em 31 de dezembro de 2009, equivalente a 1.380 euros e 4.034 dólares norte-americanos).

Empréstimos e financiamentos – conforme demonstrado na nota explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 27.486 em dezembro de 2010, equivalente a 1.299 mil euros, 14.139 mil

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dólares-americanos e 579mil francos suíços (R\$ 20.744 em dezembro de 2009, equivalente a 1.043 mil euros, 9.429 mil dólares-americanos e 1.013 mil francos suíços) Durante os exercícios de 2010 e 2009 a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

b. Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos em moeda estrangeira expostos às variações das taxas Libor e Euribor.

c. Concentração de risco de crédito: A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que pontencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “commodities”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

- (i) **Seleção de riscos:** A Companhia selecionou três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxa do CDI; (3) a TJLP.
- (ii) **Seleção dos cenários:** Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real. Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real em relação as cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2010.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2010, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,75% a.a., TJLP = 6% a.a. e Dólar a 1,666) e caso ocorram

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Controladora e consolidado				
	Exposição em R\$ mil	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	9.937	Alta Dólar	10.290	12.378	15.405
Empréstimos e financiamentos	(27.485)	Alta Dólar	(28.461)	(34.238)	(42.609)
Subtotal (**)	(17.548)		(18.171)	(21.859)	(27.204)
Instrumentos financeiros expostos a Juros					
Aplicações financeiras no mercado aberto	27.674	Alta CDI	27.699	28.262	29.012
Empréstimos e financiamentos	(37.780)	Alta TJLP	(37.780)	(38.315)	(38.849)
Subtotal (***)	(10.106)		(10.081)	(10.052)	(9.837)
Total	(27.654)		(28.252)	(31.912)	(37.042)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração a valor justo consolidado				
	31/12/2010	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	16.870	-	16.870	-
	16.870	-	16.870	-

Mensuração a valor justo consolidado				
	31/12/2009	Preço cotado em mercado ativos para ativos idênticos Nível 1	Preço cotado em mercado não ativos para ativos similares Nível 2	Registros não observáveis Nível 3
Ativo				
Aplicações financeiras	9.720	-	9.720	-
	9.720	-	9.720	-

Valor justo versus valor contábil

O Valor justos dos ativos e passivos financeiros não diferem do valor contábil.

26 – Lucro líquido por ação:

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no exercício de 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício de 2009 conforme o quadro abaixo. Durante 01/01/2009 a 31/12/2010 não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	2010			2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	14.534	123	14.657	15.793	134	15.927
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	14.534	123	14.657	15.793	134	15.927
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Saldo em 01/01/2009	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído	100,79	110,88	100,87	109,53	120,49	109,61

27 – Seguros:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	61.821
Veículos	4.238
Responsabilidade civil	6.000

28– Explicação de transição para as IFRS:

Como mencionado na nota explicativa 02, estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as IFRS e CPC.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 03 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS e CPC para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS e CPC, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

A aplicação destas novas normas impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Os fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, tanto para o controladora e para controlada, foram preparados de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) o qual é consistente com os requerimentos do IAS 7.

Consequentemente, não existem diferenças conceituais entre a demonstração do fluxo caixa apresentado em IFRS e a demonstração de fluxo caixa apresentado sob as práticas contábeis no Brasil.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Isenção de custo atribuído

A Companhia optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as IFRS / CPC pelo custo atribuído naquela data.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foram:

	Consolidado e controladora		
	Saldo 2008	Efeitos pela adoção das IFRS / CPC	Saldo 01/01/2009
Máquinas, equipamentos e instalações	18.900	26.504	45.404
Total	18.900	26.504	45.404

Posteriormente, na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para Lucros e Prejuízos acumulados.

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os impactos mencionados anteriormente, foram registrados em 01 de janeiro de 2009 o montante de R\$ 9.011 de efeitos fiscais diferidos.

c. Imposto de renda e contribuição social

As alterações apresentadas anteriormente aumentaram (reduziram) o passivo fiscal diferido, como a seguir, com base em uma alíquota de imposto de trinta e quatro por cento:

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Custo atribuído	9.011	8.352
Aumento (redução) no passivo de imposto diferido	9.011	8.352

O efeito sobre a demonstração de resultado com inclusão de todos os acréscimos e decréscimos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foi a aumento da despesa com imposto de renda e contribuição social relatada anteriormente para o período, em R\$ 74.

d. Lucros acumulados

As alterações acima reduziram (aumentaram) os lucros acumulados como a seguir:

	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009
Custo atribuído	-	1.490
Aumento nos lucros acumulados	-	1.490

Explicação dos principais efeitos de adoção de novas normas no BR GAAP

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2009. A aplicação destas normas (“novas normas”) impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia conforme apresentado abaixo.

Normas CPC adotadas no exercício de 2010.

CPC 16 - Estoques

CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 20 - Custos de Empréstimos

CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8)

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

CPC 24 - Evento Subseqüente

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 28 - Propriedade para Investimento

CPC 30 - Receitas

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

CPC 33 - Benefícios a Empregados

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração

CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

CPC 41 – Resultado por Ação

ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

No quadro a seguir estão demonstrados os efeitos patrimoniais e no resultado do exercício em função da adoção das IFRS / CPCs:

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	29.162	(7.091) a	22.071	28.499	(9.720) a	18.779
Outros investimentos	-	7.091 a	7.091	-	9.720 a	9.720
Contas a receber de clientes	40.419	5.402 b	45.821	40.538	6.988 b	47.526
Estoques	41.016	-	41.016	43.385	(480) g	42.905
Impostos a recuperar	6.139	-	6.139	5.773	-	5.773
Créditos precatórios	852	-	852	955	-	955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.171	(1.171) c	-	981	(981) c	-
Outras contas a receber	2.599	-	2.599	1.394	-	1.394
Total do circulante	121.358	4.231	125.589	121.525	5.527	127.052
Outros investimentos	-	540 d	540	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.227	1.171 c	3.398	1.028	981 c	2.009
Impostos a recuperar	5.601	-	5.601	6.312	-	6.312
Créditos precatórios	5.236	-	5.236	3.035	-	3.035
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.688	(540) d	2.148	-	-	-
	15.752	1.171	16.923	10.375	981	11.356
Investimentos	11.504	-	11.504	8.209	51 f	8.260
Imobilizado	63.762	26.504 e	90.266	64.763	28.423 e	93.186
Intangível	2.111	-	2.111	2.103	-	2.103
	77.377	26.504	103.881	75.075	28.474	103.549
Total do não circulante	93.129	27.675	120.804	85.450	29.455	114.905
Total do ativo	214.487	31.906	246.393	206.975	34.982	241.957

	Controladora					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Passivo						
Fornecedores	5.977	-	5.977	7.172	-	7.172
Empréstimos e financiamentos	26.417	5.402 b	31.819	32.485	6.988 b	39.473
Salários, encargos e contribuições sociais	4.456	(3.407) h	1.049	4.152	(2.943) h	1.209
Obrigações tributárias	2.321	-	2.321	563	-	563
Imposto de renda e contribuição social	2.524	-	2.524	19	-	19
Dividendos/juros sobre o capital próprio	2.198	-	2.198	6.503	-	6.503
Comissões a pagar	1.566	(1.566) h	-	1.855	(1.855) h	-
Provisões diversas	-	4.730 h	4.730	-	4.534 h	4.534
Outras contas a pagar	3.569	243 h	3.812	3.130	264 h	3.394
Total do circulante	49.028	5.402	54.430	55.879	6.988	62.867
Empréstimos e financiamentos	36.860	-	36.860	26.175	-	26.175
Provisão para contingências	7.091	-	7.091	3.681	-	3.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.628	9.011 i	19.639	10.041	8.358 i	18.399
Obrigações tributárias	5.734	-	5.734	770	-	770
Total do não circulante	60.313	9.011	69.324	40.667	8.358	49.025
Total do passivo	109.341	14.413	123.754	96.546	16.716	111.892
Capital social	63.948	-	63.948	73.289	-	73.289
Reserva de capital	3.056	-	3.056	-	-	-
Reserva reavaliação	21.293	-	21.293	19.670	-	19.670
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17.493 j	17.493	-	16.227 j	16.227
Reserva de lucros	16.849	-	16.849	17.470	3.409 k	20.879
	105.146	17.493	122.639	110.429	19.636	130.065
Total do passivo e patrimônio líquido	214.487	31.906	246.393	206.975	36.352	241.957

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Receita	154.903	-	154.903	171.136	-	171.136
Custos das vendas	(107.003)	-	(107.003)	(132.678)	1.439 l	(131.239)
Lucro bruto	47.900	-	47.900	38.458	-	39.897
Outras Receitas	1.332	-	1.332	1.253	-	1.253
Despesas com Vendas	(18.909)	-	(18.909)	(20.691)	-	(20.691)
Despesas administrativas	(15.741)	-	(15.741)	(11.431)	-	(11.431)
Outras despesas	(1.945)	-	(1.945)	(1.794)	-	(1.794)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	12.637	-	12.637	5.795	-	7.234
Receita financeira	15.101	-	15.101	26.483	-	26.483
Despesa financeira	(15.894)	-	(15.894)	(14.863)	-	(14.863)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(793)	-	(793)	11.620	-	11.620
Resultado de equivalência patrimonial	334	-	334	591	51 m	642
Resultado antes dos impostos	12.178	-	12.178	18.006	-	19.496
Imposto de renda e contribuição social	(2.966)	-	(2.966)	(3.569)	-	(3.569)
Resultado do período	9.212	-	9.212	14.437	1.490	15.927

	Consolidado					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	31.803	(7.091) a	24.712	28.841	(9.720) a	19.121
Outros investimentos	-	7.091 a	7.091	-	9.720 a	9.720
Contas a receber de clientes	40.480	5.402 b	45.882	40.544	6.988 b	47.532
Estoque	41.016	-	41.016	43.385	(480) g	42.905
Impostos a recuperar	6.433	-	6.433	6.619	-	6.619
Créditos precatórios	852	-	852	955	-	955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.171	(1.171) c	-	981	(981) c	-
Outras contas a receber	1.680	-	1.680	1.247	-	1.247
Total do circulante	123.435	4.231	127.666	122.572	5.527	128.099
Outros investimentos	-	540 d	540	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.430	1.171 c	3.601	1.231	981 c	2.212
Impostos a recuperar	5.601	-	5.601	6.312	-	6.312
Créditos precatórios	5.236	-	5.236	3.035	-	3.035
Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	2.688	(540) d	2.148	-	-	-
	15.955	1.171	17.126	10.578	981	11.559
Investimentos	694	-	694	48	-	48
Imobilizado	72.873	26.504 e	99.377	72.589	28.474 e	101.063
Intangível	2.111	-	2.111	2.103	-	2.103
	75.678	26.504	102.182	74.740	28.474	103.214
Total do não circulante	91.633	27.675	119.308	85.318	29.455	114.773
Total do ativo	215.068	31.906	246.974	207.890	34.982	242.872

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Passivo						
Fornecedores	5.994	-	5.994	7.190	-	7.190
Empréstimos e financiamentos	26.417	5.402 b	31.819	32.485	6.988 b	39.473
Salários, encargos e contribuições sociais	4.456	(3.407) h	1.049	4.152	(2.943) h	1.209
Obrigações tributárias	2.322	-	2.322	563	-	563
Imposto de renda e contribuição social	2.855	-	2.855	802	-	802
Dividendos/juros sobre o capital próprio	2.198	-	2.198	6.503	-	6.503
Comissões a pagar	1.566	(1.566) h	-	1.855	(1.855) h	-
Provisões diversas	-	4.730 h	4.730	-	4.534 h	4.534
Outras contas a pagar	3.571	243 h	3.814	3.141	264 h	3.405
Total do circulante	49.379	5.402	54.781	56.691	6.988	63.679
Empréstimos e financiamentos	36.860	-	36.860	26.175	-	26.175
Provisão para contingências	7.091	-	7.091	3.681	-	3.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.855	9.011 i	19.866	10.141	8.358 i	18.499
Obrigações tributárias	5.734	-	5.734	770	-	770
Total do não circulante	60.540	9.011	69.551	40.767	8.358	49.125
Total do passivo	109.919	14.413	124.332	97.458	16.716	112.804
Capital social	63.948	-	63.948	73.289	-	73.289
Reserva de capital	3.056	-	3.056	-	-	-
Reserva reavaliação	21.293	-	21.293	19.670	-	19.670
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17.493 j	17.493	-	16.227 j	16.227
Reserva de lucros	16.849	-	16.849	17.470	3.409 k	20.879
	105.146	17.493	122.639	110.429	19.636	130.065
Participação acionistas não controladores	3	-	3	3	-	3
Total do passivo e patrimônio líquido	215.068	31.906	246.974	207.890	36.352	242.872

	Consolidada					
	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas	Anteriormente apresentado	Adoção das novas normas	Após a adoção das novas normas
Receita	155.137	-	155.137	171.167	-	171.167
Custos das vendas	(107.003)	-	(107.003)	(132.678)	1.439 l	(131.239)
Lucro bruto	48.134	-	48.134	38.489	-	39.928
Outras Receitas	1.935	-	1.935	2.250	-	2.250
Despesas com Vendas	(18.909)	-	(18.909)	(20.691)	-	(20.691)
Despesas administrativas	(16.477)	-	(16.477)	(11.605)	51 m	(11.554)
Outras despesas	(1.945)	-	(1.945)	(1.794)	-	(1.794)
Resultado antes das receitas(despesas)						
financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	12.738	-	12.738	6.649	-	8.139
Receita financeira	14.467	-	14.467	26.550	-	26.550
Despesa financeira	(15.894)	-	(15.894)	(14.865)	-	(14.865)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(1.427)	-	(1.427)	11.685	-	11.685
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos	11.311	-	11.311	18.334	-	19.824
Imposto de renda e contribuição social	(2.099)	-	(2.099)	(3.897)	-	(3.897)
Resultado do período	9.212	-	9.212	14.437	-	15.927

Consideração sobre os ajustes:

- Reclassificação da aplicação financeira com data de resgate superior a 90 dias;
- Reclassificação do saldo de vendedor do ativo circulante, para financiamentos no passivo circulante;

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Reclassificação do saldo imposto de renda diferido do ativo circulante para o não circulante;
- d) Detalhamento do saldo de outros investimentos apresentado anteriormente na rubrica de outras contas a receber;
- e) Custo atribuível imobilizado;
- f) Ajuste equivalência patrimonial pela reclassificação dos imóveis da Domínio Empreendimentos e Participação Ltda;
- g) Parcela da reversão da depreciação alocada ao estoque pelo prazo médio de renovação;
- h) Reclassificação de saldo das contas para a rubrica "Provisões diversas";
- i) Imposto de renda diferido sobre custo atribuível;
- j) Ajuste líquido do custo atribuível ao imobilizado.
- k) Reserva de lucros referente basicamente a avaliação a valor justo do imobilizado gerando redução da depreciação;
- l) Parcela da reversão da depreciação alocada ao custo dos produtos vendidos;

29 – Reapresentação das informações trimestrais de 2009 e 2010:

A Companhia optou por apresentar suas informações trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, conforme facultado pela CVM através da Deliberação nº 603.

Em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, a Companhia irá reapresentar os ITR de 2010, comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme previsto na Deliberação CVM 626.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2010 e 2009 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como segue abaixo demonstrados. Esses efeitos foram não foram auditados pelos auditores independentes, mas sim submetidos à revisão dos auditores, realizada em conformidade à NPA 06 do IBRACON.

	Consolidado e controladora												
	31/03/2010		31/03/2009	30/06/2010		30/06/2009	30/09/2010		30/09/2009				
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido			
Saldo anterior a adoção das novas práticas	110.327	(102)	1.846		114.005	3.665		2.716		121.012	6.989		5.100
Equivalência patrimonial controlada -													
Reclassificação imobilizado para bens destinados para venda (reversão depreciação)	-	13	13			13	13		-		13		13
Ajuste de avaliação Patrimonial - Valor justo ativo imobilizado	-	54	360		-	54	360		-		54		360
Reversão IRPJ e CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial - Valor justo do ativo imobilizado	(29)	-			(29)	-	-		(29)		-		-
Saldo após a adoção das novas práticas	110.298	(35)	2.219		113.976	3.732		3.089		120.983	7.056		5.473

* * *

Companhia Industrial Cataguases

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração:

Eduardo Peixoto Ferreira Leite
Presidente

Jorge Nagib Amary Junior
Conselheiro

Renato Ribeiro Ciminelli
Conselheiro

Ricardo Dias Cruz Ferreira
Conselheiro

Vicente Moliterno Neto
Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto
Diretor Presidente e de Relações com
Investidores

Antonio Duarte Fabelo
Diretor Técnico-Industrial

Carlos Alberto Lazaresko
Diretor Administrativo-Financeiro

Hênio Murilo de Barros Lemos Filho
Diretor Comercial

Responsável técnico:

Celso Romário de Oliveira
Contador
CRC-MG 065048

Conselho fiscal:

Flávio Stamm
Conselheiro

Glaydson Ferreira Cardoso
Conselheiro

José Heitor Leonardo
Conselheiro